



PROGRAMA

Direito Internacional e Direito da União Europeia

9 de outubro

- **Apresentação do curso**

Nuno Cunha Rodrigues (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

Ana Gouveia Martins (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Consultora e Advogada na Abreu Advogados)

- 1.ª sessão

A Organização Mundial do Comércio e a contratação pública

Pedro Infante Mota (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

11 de outubro

- 2.ª sessão

O Acordo sobre Contratos Públicos (I)

Pedro Infante Mota (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

- 3.ª sessão

O Acordo sobre Contratos Públicos (II)

Pedro Infante Mota (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

16 de outubro

- 4.ª sessão

Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação pública

Maria Luísa Duarte (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

- 5.ª sessão

O conluio na contratação pública

Miguel Moura e Silva (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

18 de outubro

- 6.ª sessão

Direito da União Europeia originário e contratação pública. Em especial os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação

Claúdia Viana (Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho)

- 7.ª sessão

A articulação entre a contratação pública e o direito da concorrência

Nuno Cunha Rodrigues (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

23 de outubro

- 8.ª sessão
Acordos comerciais preferenciais e contratação pública. O acesso de países terceiros à contratação pública na União Europeia e políticas de reciprocidade
Renato Gonçalves (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- 9.ª sessão
Contratação Pública e organizações internacionais (MDB - Multilateral Development Banks)
João de Almeida (Consultor do Banco Mundial)

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

Direito Administrativo dos Contratos Públicos

25 de outubro

- 10.ª sessão
Entrada em vigor e regime transitório do Código dos contratos Públicos revisto. Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:
 - a) As “entidades adjudicantes”: três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis
 - b) Os contratos abrangidos: “contratos públicos”, identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações
 - c) Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.o, 5o, e (em parte) 6.o-A.
 - d) O regime da “contratação excluída” do artigo 5.o-B.Mark Bobela-Mota Kirkby (Mestre em Direito, Advogado na Sérvulo & Associados)
- 11.ª sessão
A contratação excluída (cont.) ?As exclusões relacionadas com a contratação interadministrativa (em particular, a contratação in-house e a cooperação entre entidades públicas)
Mark Bobela-Mota Kirkby (Mestre em Direito, Advogado na Sérvulo & Associados)

30 de outubro

- 12.ª sessão
A preparação dos procedimentos: o anúncio de pré-informação ou anúncio periódico indicativo, a consulta preliminar ao mercado, a decisão de contratar, as medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses

e o júri do procedimento, serviços da entidade adjudicante e peritos.

Miguel Assis Raimundo (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Advogado, of Counsel, Garrigues)

- 13.ª sessão

A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais (remissão) e outros critérios especiais. Em especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos. A decisão de adjudicação em lotes

Miguel Assis Raimundo (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Advogado, of Counsel, Garrigues)

6 de novembro

- 14.ª sessão

Peças do procedimento. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. O novo regime do preço base e do preço ou custo anormalmente baixo.

José Duarte Coimbra (Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

- 15.ª sessão

Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e responsabilidade do cocontratante. A sanção da nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.

Margarida Olazabal Cabral (Mestre em Direito / Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados)

8 de novembro

- 16.ª sessão

A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. O documento europeu único de contratação pública. Catálogos eletrónicos. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.

Jorge Pação (Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

- 17.ª sessão

A contratação estratégica e seus reflexos, em especial no critério de adjudicação, nos fatores e subfatores que o densificam e nos critérios de desempate das propostas.

Nuno Cunha Rodrigues (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

13 de novembro

- 18.ª sessão

Regime de esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas. Novidades: formalidades não essenciais e erros evidentes.

Henrique Rodrigues da Silva (Advogado na Sérvulo & Associados)

- 19.ª sessão

Critério de adjudicação, fatores e subfatores de densificação e avaliação de propostas.

Luís Verde de Sousa (Mestre em Direito, Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra / Advogado)

15 de novembro

- 20.ª sessão

Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência. Habilitação. Caução. Celebração do contrato.

Pedro Moniz Lopes (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Advogado na Cardigos & Associados)

- 21.ª sessão

Decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação.

Bernardo Azevedo (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra / Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados)

20 de novembro

- 22.ª sessão

O novo procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: critérios de escolha em função do valor do contrato e critérios materiais. Os critérios de escolha especiais em função do tipo de contrato e entidade adjudicante.

Sara Augusto de Matos (Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Jurista no Banco de Portugal)

- 23.ª sessão

O novo procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: regime procedimental, em especial a questão dos limites trienais

Marco Fernandes Caldeira (Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Advogado na Vieira de Almeida e Associados)

22 de novembro

- 24.ª sessão

O concurso público: critérios de escolha e regime procedimental. A eventual fase de negociação e o concurso público urgente.

Jorge Pação (Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).

- 25.ª sessão

O concurso limitado. Os modelos de avaliação da capacidade técnica e/ou financeira. Distinção da densificação dos critérios de adjudicação. O aproveitamento da capacidade de terceiros. Tramitação.

Ana Gouveia Martins (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Consultora e Advogada na Abreu Advogados)

27 de novembro

- 26.ª sessão

Sistemas de aquisição dinâmicos, Acordos-quadro e compras vinculadas.

Cláudia Monge (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Advogada na BAS)

- 27.ª sessão

O novo procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Os contratos com forte componente de inovação. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos

Domingos Soares Farinho (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Advogado)

29 de novembro

- 28.ª sessão

Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. A especificidade da sua aplicação aos contratos interadministrativos. Novidades: a fatura eletrónica e o gestor do contrato

Maria João Estorninho (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

- 29.ª sessão

Invalidade e ineficácia dos contratos públicos

Maria João Estorninho (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

4 de dezembro

- 30.ª sessão

A modificação objetiva dos contratos

Ana Gouveia Martins (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Consultora e Advogada na Abreu Advogados)

- 31.ª sessão

A modificação nos contratos de empreitada, de aquisição de serviços e de concessão

Ana Gouveia Martins (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Consultora e Advogada na Abreu Advogados)

6 de dezembro

- 32.ª sessão

Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais

Mafalda Carmona (Professora da Faculdade de Direito de Lisboa / Advogada na Cuatrecasas Gonçalves Pereira & Associados)

- 33.ª sessão

O regime dos contratos de concessão

Lino Torgal (Advogado na Garrigues)

11 de dezembro

- 34.ª sessão

Incumprimento e extinção dos contratos

José Luís Moreira da Silva (Mestre em Direito / Advogado na SRS Advogados)

- 35.ª sessão

Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública

João Tiago Silveira (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados)

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

Direito da União Europeia, Económico e Financeiro

13 de dezembro

- 36.ª sessão
Decisão de contratar e decisão financeira
André Marçalo (Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- 37.ª sessão
Contratação pública no setor da defesa no Direito da União Europeia
Marco Capitão Ferreira (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

8 de janeiro

- 38.ª sessão
Parcerias Público-Privadas
Maria Eduarda Azevedo (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- 39.ª sessão
Enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas
Nazaré da Costa Cabral (Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

10 de janeiro

- 40.ª sessão
Reequilíbrio Financeiro nas Parcerias Público-Privadas e nas Parcerias Público-Públicas
Sérgio Gonçalves do Cabo (Mestre em Direito / Advogado)
- 41.ª sessão
Modificação e distribuição do risco nas Parcerias Público-Privadas
Pedro Melo (Mestre em Direito / Advogado na PLMJ)

15 de janeiro

- 42.ª sessão
O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos
Alexandra Pessanha (Mestre em Direito / Assistente convidada da Faculdade de Direito de Lisboa)
- 43.ª sessão
Contratação Pública e Fiscalização Prévia
Helena Abreu Lopes (Juíza-Conselheira do Tribunal de Contas)

17 de janeiro

- 44.ª sessão
A prevenção da corrupção na contratação pública
José Tavares (Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas)
- 45.ª sessão
Contratação Pública e endividamento público
Marco Capitão Ferreira (Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU, DIREITO NACIONAL E CONCORRÊNCIA

22 de janeiro

- 46.ª sessão
A regulação na contratação pública
Fernando Silva (Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas)
- 47.ª sessão
Contratos regulatórios
Fernando Silva (Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas)

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU, DIREITO NACIONAL E CONCORRÊNCIA

INFORMAÇÕES

O Curso realiza-se no período de 9 de outubro a 22 de janeiro de 2019, às 3.as e 5.as feiras, das 18h30 às 20h00 (1.a sessão) e das 20h30 às 22h00 (2.a sessão).

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em sala a indicar.

Propina: 1.500,00€ (pagos em 3 prestações, sendo a primeira paga no ato de inscrição).

- Para quem efetuar o pagamento integral do curso no ato da inscrição haverá uma redução de 20% no valor total do curso; para ex-alunos do ICJP, do IE e do IDEFF.
- A propina é ainda reduzida para 1.200€ por inscrição, para inscrições de grupo (ou seja, instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais).

Nota: os descontos não são cumulativos

Prazo de inscrições: até ao dia 28 de setembro de 2018

Avaliação: apresentação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso.

Inscrições:

- **Instituto Europeu**
Dr. Rafael Zaluar Pereira
Telefone: 217 933 250
E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt
www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul
www.institutoeuropeu.eu

Pedidos de informação / Contactos:

- **IDEFF**
Eng. Joana Fernandes
Telefone: 217 962 198 – Tml.: 961 497 070
E-mail: ideff@fd.ulisboa.pt
www.facebook.com/ideff.pt
www.ideff.pt
- **ICJP**
Dra. Telma Oliveira
Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330
E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt
www.facebook.com/icjp.pt
www.icjp.pt



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU, DIREITO NACIONAL E CONCORRÊNCIA

FICHA TÉCNICA

Coordenadores gerais:

- Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira
- Prof.ª Doutora Maria João Estorninho

Coordenadores:

- Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
- Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins

Organização:



Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Law School of Lisbon



Com o apoio:

Programa Erasmus+ - Jean Monnet



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU, DIREITO NACIONAL E CONCORRÊNCIA